



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO REITOR
COMISSÃO DA VERDADE

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada em: 15.2.2013

Hora: 16h

Local: Sala de reuniões dos Colegiados Superiores

Entrevistados: Roberto de Oliveira Monte

Responsável pela transcrição: Lucila Barbalho Nascimento (bolsista)

Carlos Gomes: Dentro do nosso roteiro, da agenda, o próximo a ser ouvido é nosso amigo Roberto Monte. Tenho muitas perguntas a fazer, e, uma me impressiona. Ele, se não estou enganado, falou que houve um inquérito aqui na Universidade. É muito importante nós descobrirmos esse documento.

Roberto Monte: Chega lá.

Carlos Gomes: Bom, eu gostaria, então, seguindo o roteiro, que você se apresentasse.

Roberto Monte: O meu nome é Roberto de Oliveira Monte. Monte das Oliveiras. Eu estudei aqui. Essa parte que foi discutida de 1976 a 79, eu vi. Quer dizer, eu terminei a Universidade em 1979 e entrei no Movimento de Direitos Humanos. No Movimento de Direitos Humanos, entrei na Comissão de Justiça e Paz, com alguns companheiros. Justina, eu sou de 1955, hoje, tenho 57 anos, irei fazer 58. Eu sempre digo que em 74, quando os milicos estavam matando todo mundo, ainda eu estava entrando na Universidade. Então, quero dizer, talvez eu seja o elo, digamos, entre o pessoal mais

novo com a geração de Ivis e de Justina. Em 64, eu tinha nove anos. Eu comecei a entender direitinho essas coisas, principalmente, durante a Universidade. Porque aquela época era louca. A gente se politizava dentro da Universidade. Foi algo extremamente louco. Eu entrei, então, na Comissão de Justiça e Paz. Na verdade, entrei em um grupo um pouco similar a questão da Ação Católica. Nós temos Padre Pio, Dermi Azevedo, Francisco Gomes, Horácio. A Comissão de Justiça e Paz torna-se, logo depois, o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular. Em 1982, Dermi Azevedo e o Leonardo Boff criam o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que tem, hoje, aproximadamente 400, 500 entidades. Depois, também entro na área de Mortos e Desaparecidos Políticos e Educação em Direitos Humanos. Hoje, trabalho, desde 2011, com a questão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que, creio, estou fechando um ciclo. Quando olhei direitinho, observei 33 anos, e não é normal você passar 33 anos trabalhando em um assunto. Eu acho que nós estamos fechando ciclos. Ciclos intensamente doloridos, porque este país é extremamente violento. O entulho autoritário, professor, não vem de hoje, vem do capitão do mato. O povo mata, trucida, há muito tempo. Acha tudo muito normal. Então, eu gostaria de dividir. Está bom o som?

Carlos Gomes: Está.

Roberto Monte: Gostaria de dividir minha fala em alguns tópicos para depois. Eu vou, mais ou menos, na linha de Ivis, com certa objetividade. Vou me ater, um pouco, no período entre 76 a 79, que irei fazer algumas considerações. Cursei Economia, exatamente, entre os anos de 1976 a 1979. Mas, de qualquer maneira, nós estamos trabalhando, aqui, alguns ciclos, não é? O Golpe Militar de 1964 e o Golpe no Golpe, que foi a partir de 1969, com a questão do AI-5.

[Inaudível].

Roberto Monte: Dentro do Golpe, não é? E, nós temos outra coisa que é “barra-pesadíssima”. Considerando o período do mandato da Comissão Nacional da Verdade ser entre os anos de 1946 a 1988, nós temos aqui uma coisa extremamente séria, aqui no Rio Grande do Norte, a questão das torturas no Campo de Concentração da Base Aérea

de Parnamirim. Poucas pessoas falam, mas, acho que no inconsciente coletivo da cidade, todos sabem das bárbaras torturas sofridas por Luiz Inácio Maranhão Filho, Vulpiano Cavalcanti, Heider Toscano e muitos outros, que inclusive faziam parte dessa Universidade. Isso tudo leva-nos a uma questão de 12 mortos e desaparecidos políticos. Pelas pesquisas que nós estamos realizando, fazendo o levantamento de todos os documentos da repressão, nós já estamos em aproximadamente 350 pessoas que sofreram algum tipo de sanção, algum tipo de repressão. Para vocês terem uma ideia, a Comissão da Anistia tem, hoje, aproximadamente 70 mil processos. Nós estamos tentando, Justina, conseguir, junto a Comissão, saber o seguinte: desses 70 mil, quantos são oriundos do Rio Grande do Norte ou tiveram alguma participação do Rio Grande do Norte? Quer dizer, não é tão fácil. Nós temos um universo de 70 mil, mas, imagina-se que cerca de 100 mil pessoas tiveram algum tipo de sanção na época da ditadura militar. E, com todas essas Comissões, Comitês da Verdade, no legislativo e judiciário, na competência estadual e municipal, dos próprios Comitês, o que nós temos oficialmente do Governo brasileiro, que é aquele documento de capa cinza, “grossão”, são 475 pessoas. Mas, começam a aparecer os crimes, eles são muito maiores. Porque desses 475, a Secretaria Especial da Presidência da República, através do companheiro Gilney Viana, realizou, hoje, uma pesquisa sobre a questão do campo e acrescentaram aos 475, 1.163 pessoas que morreram ou desapareceram no campo. Hoje, nós já constatamos: em 1964, não precisou de DOI/CODI, não precisou de Operação Bandeirantes, porque os próprios fazendeiros, as próprias pessoas do campo desapareceram, os negros fubá, todo esse povo ligado às Ligas Camponesas. Imaginava-se que Vírgílio Gomes da Silva, proveniente de Lagoa de Velhos, é desaparecido político do Brasil. Ele que comandou o sequestro do Embaixador Americano. Esse rapaz levou tanta “porrada”, no DOI/CODI, que o único órgão intacto dele foi o coração. Quer dizer, a partir de 1964, a repressão foi muito mais “barra-pesada” e, portanto, a visão que se tem oficial é apenas uma visão urbana. Outra coisa extremamente grave que está aparecendo: acrescenta aos 475, os 1.163, a questão dos povos indígenas. Foi criada uma Subcomissão dentro da Comissão Nacional da Verdade, em que se constatou o assassinato de 2 a 5 mil índios. Tem tudo a ver com aquele negócio do “Brasil Grande”, “Transamazônica”. A “galera” jogava sabe o que? Dinamite, estricnina, napalm no povo indígena. Então, quer dizer, ao número 475, podemos acrescentar 1.163 e, também, 2 a 5 mil. Dentro da lista que nós estamos

levantando, tem, inclusive, nomes que não fazem parte da relação dos Mortos e Desaparecidos. Quer dizer, nós estamos fazendo isso. Faço, mais ou menos, minha síntese. Então, quer dizer, a gente teve 64, 69. Aí que entra a coisa pesada mesmo: a maioria dessas pessoas foram mortas fora daqui. E, na verdade, o que foi criado no Brasil não tem ninguém... Pode até alguém ter o discurso de meio “bestinha”, mas na verdade houve um grande sistema de caguetagem, um grande sistema de nacional de informação, que vinha do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, SNI, qualquer maracatu fazia o seu próprio negócio. Quer dizer, e às vezes brigando entre si, porque às vezes tinha motim, tinha toda uma briga entre eles. A ASI na verdade era um braço da repressão e os reitores eram nomeados. Então, quer dizer, qual a diferença de alguém que nomeia pra alguém que dá uma porrada ou joga Luiz Maranhão dentro de uma usina e praticamente evapora?! Praticamente evaporado político. E esse mesmo Luiz Maranhão é o mesmo Luiz Maranhão que começa a ser torturado em 1952. E se sabe que naquela geral de 52, que a Força Aérea Brasileira cometeu crimes assim horrendos, foi criado um campo de concentração em Parnamirim. Construído para ser um campo de Concentração. Você sabe o que é você botar prego na cabeça de gente? Agora, só um detalhe para eu voltar e porque eu sei que o mandato daqui acaba sendo a Universidade: em 1952, uma patrulha da Aeronáutica prende um sindicalista de nome Simplício e quem é que tava comandando? Um sargentão, um Sargento, pra não ser preconceituoso, de nome Genário Alves da Fonseca. Esse mesmo Genário Alves da Fonseca que depois é nomeado, ou seja, é um pré-posto da ditadura. Em 1964, é nomeado o que? Presidente da Comissão que vocês estão a trabalhar. Em 1970, vira reitor. Que país é esse? Que um sargentão, que dá pescoção em gente. De 1952 a 70 são quantos anos? 18 anos. Vira reitor de uma universidade, que era praticamente a única universidade de um estado. É a negação de tudo que fala em termos de humanismo, conhecimento etc. Então, quer dizer, que nós – para seguir tudo isso – eu acho que a gente tem que seguir a cadeia de comando. Eu diria o seguinte: por aqui, tudo foi levado. E muitos guardaram coisas. Alguém está acompanhando a questão do Coronel que foi assassinado agora lá no Rio Grande do Sul e que acabou tendo os elementos que provaram a questão que o Exército. O Exército, a Forças Armadas, a ditadura militar assassinou Rubens Paiva. Está tudo lá. Foi sorte que Tarso Genro era o governador, se fosse outro que tivesse um DEM da vida, esse negócio fatalmente não ocorreria. Então, quer dizer, o que acontece disso

tudo é que nessa hora começa a ter muita gente boazinha. Só pra ilustrar um pouco a história: há alguns dias atrás morreu o Capitão Cleanto Siqueira. O que a gente vê é que era um humanista. Não estou querendo negar se ele tem esse humanismo, mas a gente tem declarações que quando houve a prisão da turma do PCBR na Praia da Redinha e de Pirangi, cercaram aqui todo mundo, quem tava comandando é Cleanto. Uma das meninas que fez agora um depoimento pra o pessoal lá do Bom Pastor, lá de Recife, eu sei o seguinte: no meio da doideira – chega a ser um pouco tragicômico –, ela gritou “viva a revolução”. Imagina, levou uma mãozada do pé do ouvido que a peruca subiu. Tem coisas que a gente não vai saber o que rolou. Nas antecâmaras. Porque muita gente se deu bem. Muita gente virou, trabalhou em estatais, então quer dizer, além de ter a questão ideológica, nós também tivemos muita gente se deu bem em termos de grana, em termos de traficância e disso aí tudo. Então, falando de 1976, eu posso colocar o seguinte: o chamado Adriel, ele devia ser muito malhado esse Adriel. Porque jogaram ele pra lá, já era a época da ditadura e não venha pra cá. Adriel Lopes Cardoso é um notório dedo-duro. Eu terminei meu curso de Economia em 1979, eu estudava com um rapaz de nome Silvino. Silvino depois, na verdade ele era filho de Luiz Gonzaga dos Santos. Luiz Gonzaga dos Santos era o vice-prefeito de Natal na época de Djalma, também chamado de Luiz Tabacão, quem é da época conhece.

Carlos Gomes: Era desportista.

Roberto Monte: Então, o que é que acontece, Silvino – eu já muito animado com essas coisas – quando terminou o curso é que Silvino me disse: “Roberto, olhe”. Porque naquela época falava-se muito de Adriel, qualquer coisa. Eu fui da turma que fez a primeira pichação aqui no campus, você imagine o escândalo que deve ter sido. Aí o que é que acontece? “Adriel vai falar com você”. Quer dizer, naquela época você não levava porrada, mas a pressão ainda existia. A gente pegou a época do Frota. Frota quis ser o terceiro Golpe, mas dançou. Quer dizer, a gente pegou ainda um pouquinho, que seria o Golpe, do Golpe, do Golpe. Bom, Silvino me falou o seguinte: o pai dele – que era o vice de Djalma – depois da rebordosa da ditadura de 1964, foi morar em Niterói, aí diz que lá apareceu uma pessoa muito animada, assim, querendo dar uma força, que era exatamente Adriel Lopes Cardoso. Então, Adriel já era espião e estava lá em Niterói

espionando exatamente o Luiz Gonzaga. É, deixe-me ver onde é que eu estava. Então, quer dizer, evidentemente que depois de Frota as coisas vão, de alguma maneira, melhorando e até aqueles que eram, digamos, os prepostos, porque na verdade a gente não tinha reitor, a gente tinha era gente indicada. Quem que não se lembra, eu era estudante naquela época, que Diógenes, na verdade, sempre foi um representante de Maluf aqui no Rio Grande do Norte?! Quer dizer, quem não sabe, Diógenes da Cunha Lima foi a pessoa que desmontou a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Eu acho que o professor Ivis sabe que essa turma, que depois virou reitor, nos anos 1950 e 60, não ganhava uma eleição. É só ler o livro de Gileno, esse povo foi para o poder depois que os quatro todos foram pra cadeia, foram trucidados, mortos e quebrados no meio. Agora, há a colocar o seguinte, o que tem nisso tudo é que nós tínhamos uma máquina azeitada. Não é porque a gente se acha “melhorzinho” que o outro, o outro é “piorzinho”. Na verdade, nós temos uma máquina azeitada, que matava, trucidava, arrancava e botava pra quebrar. A própria abertura em si foi, quer dizer, eu como acredito Coronel, na reconversão das almas. Eu tenho que acreditar *a priori* no que as pessoas dizem. Mas, quer dizer – se for verdade e tudo indica ser o que o senhor está falando –, na verdade, o senhor já foi de dentro de um contexto, digamos, de abertura. Agora, digamos, o antes disso eu não posso dizer. Só posso dizer o seguinte, é que em 1964 o seu irmão enquanto capitão foi uma das pessoas que fizeram a inquirição de Luiz Maranhão e está lá como testemunha. Ou seja, Luiz Maranhão que foi torturado barbaramente em 1952, levou porrada em 64 e acabou, quer dizer, eles continuaram e concluíram o serviço. E, lendo o livro do Cláudio Guerra, você vai saber o que é realmente o lance da repressão política. Depois de colocar tudo isso aí, eu diria o seguinte: a gente começou, professor, a levantar alguns dados que a gente tem que talvez traga luz um pouco ao material, porque na verdade o que eu estou vendo, pelo mandato de vocês, vocês vão ter três questões a trabalhar, e eu acho que também entra essa. Da própria invasão pelo período de 1946 a 88. Mas eu diria o seguinte, que a Comissão de Investigação da UFRN, que foi constituída por determinação do reitor Onofre, através dos dias 04 e 29 e 03 de junho de 64, essa daqui foram 12 pessoas que foram, entraram nisso daí. Eu sei que Geniberto e mais a, não é muito, 12 pessoas. Logo depois a gente tem a questão do Inquérito do RU. O Inquérito do RU, pra quem não sabe, houve uma movimentação no restaurante universitário e houve uma espécie de

uma autogestão, foi isso. E não tinha tido ainda o AI-5, então o negócio – inicialmente – ficou circunscrito a Polícia Militar, tanto que o capitão Edimilson Holanda foi quem deu a geral e ouvindo esse pessoal na própria PM. Depois, quando houve o Golpe dentro do Golpe, aí o negócio arrouchou, levaram para a 7ª Região Militar. Então, tudo que acontece aqui, certo?! Eu acho muito, quer dizer, pela nossa experiência, porque a gente anda falando com muita gente há muito tempo, na verdade o seguinte, aqui vai ficar muito pouca coisa, porque você tem que raciocinar o seguinte, você tem um sistema de repressão e de triturar gente, que está dividido por Regiões Militares. Então você tinha a 7ª Região Militar que era Recife. Vou dar pra vocês o exemplo seguinte: todos os *habeas corpus*, todos aqueles cerca de 60 que a gente acompanha que é o material que faz parte do acervo da doutora Mércia Albuquerque, quer dizer o que é que acontecia, aqueles cinco ou seis advogados Varela Barca, João Maria Furtado, Roberto Furtado etc., esse pessoal levava daqui porque ia para outra instância. Então a gente tem que raciocinar é que naquela época a gente vivenciava um lance de milico, esse povo raciocinava como quem tivesse dentro da caserna, se até hoje eles acham que o código deles vale mais do que a Constituição, imagina naquela época. Então tudo ia para a Região Militar. Então, boa parte desse material, pode esperar que deve ter ido para os... Esse troço todinho das Regiões Militares que, geralmente, acaba em Recife. Aí o que é que acontece, essa investigação no Inquérito do RU, ele é importante no seguinte aspecto, pela primeira vez antes, depois de 1968. Que foi aí que a coisa pegou mesmo. É que lideranças expressivas como Emanuel Bezerra dos Santos foram presas e condenadas. Tanto que Emanuel ficou preso lá na Base Naval, se eu não me engano, quase que vizinho a Gileno, não é?! Então existe toda uma relação de pessoas que fazem parte desse inquérito. Que a gente está já quase que o localizando. Porque o que acontece é o seguinte, tem uma pessoa daquela época, talvez, professor, eu acho que tem esse dois pontos que talvez seja que seja interessante a gente tentar trabalhar em conjunto. Porque como nós, depois eu saliento o resto do são na verdade sete processos. Nós temos primeiro o Relatório Veras, o que é o Relatório Veras? O Relatório Veras ele é sue generis num aspecto, Aluízio Alves foi o único governador do estado a fazer um IPM, que Aluízio tira onda que foi cassado, mas ele era da Arena Verde. Então ele teve que, inclusive a cassação de Aluízio não é tão animada assim, tem outros aspectos aí do CGI, que eu não quero abordar aqui né?! Mas quer dizer, dizer que foi, mas que levou o

troco. É o cipó do aroeira veio no lombo dele. Então nós temos o Relatório Veras e logo depois a gente tem o do Capitão Lacerda. O do capitão Lacerda foi o IPMS que o dito Comando Supremo da Revolução fez e teve o capitão Ênio de Albuquerque Lacerda, notório torturador, esse daí era doente. Faz parte do livro *Brasil Nunca Mais*, feito pela Arquidiocese de São Paulo. Então, o que é acontece, o Relatório Veras juntamente com o IPM do Capitão Lacerda eles acabam fazendo parte do Brasil Nunca Mais no seguinte aspecto, o *Brasil Nunca Mais*, são cerca de 700 processos, que dizia-se na época que tinha um milhão de cópias de 707 processos completos e alguns não tão completos assim. Acerca de um ano e meio atrás começou um processo de trazer de volta esse material, na verdade revelou-se 850 mil páginas e, com isso, na verdade para a repressão o Veras e o Lacerda fazem parte que é do BNM 001 a 707 e fazem parte do BNM 46. Logo depois, a gente teve os Inquéritos da Prefeitura, então a gente teve outro Interventor, teve um ditadorzinho chamado Tércio Rebelo que veio e pra ficar no lugar de alguém que foi levado pelo povo que era exatamente o Prefeito Djalma Maranhão. Então, a Prefeitura Municipal eles “botaram pra torar” em cima de Djalma e fizeram dois Inquéritos. O primeiro Inquérito era o mais amplo, que foi em 15 de maio. Instalado logo, pra ver como o negócio era rápido, 15 de maio foi criado e instalado 19 a mando do Interventor Militar Almirante Tércio Rebelo. Esse povo passou ficou aí, logo depois fizeram ainda outra, fizeram outra pra discutir a situação financeira da Prefeitura. É que aí tem Severino Lopes tomou conta disso aí, aí botou contador da Aeronáutica, contador do Exército, eu sei que não chegaram a nada. A última a gente tem o que, as duas últimas que são exatamente a Comissão de Investigação da UFRN, o Inquérito do RU. Pra dar, mais ou menos, assim um entendimento a gente tem a questão de 64, que a gente trabalhando o Veras e o Lacerda a gente trabalha tudo que aconteceu.

[Inaudível].

Roberto Monte: É porque, na verdade...

[Inaudível].

Roberto Monte: Na verdade, eram dois.

[Inaudível].

Roberto Monte: É porque o acontece é Aluizio Alves em consonância com os milicos lá de Pernambuco contrataram dois policiais que tinham curso no FBI. O Veras chegou a ser presidente da assembleia legislativa, tu vê como naquela época era como, o cara que dava porrada virava logo autoridade. Ele logo depois virou deputado, vice-governador e presidente da assembleia. E o Domingos que era da PM. Então esse foi o pessoal que instaurou o terror aqui em Natal. Quer dizer, é só pegar recortes de jornais diz o seguinte, que Campelo – que era o Presidente do Sindicato dos Bancários e vice-presidente do CGT – ele chegou algemado no aeroporto aqui, todo barbado etc., e levou mãozada... Pra ver o nível dessa galera. Então eu diria o seguinte, que pegando o Relatório Veras e o Ênio Lacerda, a gente tem a parte que pega 1964, que junta aí mais de 60 a 80 pessoas. Depois o segundo grupo, a gente o grupo da prefeitura, que foi o mais amplo, que eu acho que pegou toda a questão “De pé no chão”, aquele negócio todo, e o outro foi ali só pra em cima das contas. E, o último grupo, a gente teria a questão da Universidade, que é a comissão de investigação e do RU. Mas a gente tem, em função do mandato da Comissão, a gente tem a questão de 1952-53. O que acontece é o seguinte, muito desse material, Ivis, como eu já venho guardando há muitos anos, eu acabei virando fiel depositário de muita gente, quer dizer, nos últimos 15, 20 anos eu fiquei muito ligado tanto à turma de Moacyr de Góes, quanto à de Mailde Pinto. Então boa parte desse material eu consegui via Mailde, tipo assim, o Inquérito da Prefeitura, Mailde pegou que a gente tá digitando; o material do campo de concentração, pessoal do partidão deixou lá com Mailde e Cláudio aquilo que seria o material, uma pasta grande, que seria as memórias de Vulpiano e não voltaram mais. Mailde disse: “Roberto você mexe com isso, leve”, quando eu vi tinha o material do Campo de Concentração de Parnamirim que a gente está trabalhando isso agora. Eu diria que esse do campo de concentração a gente está trabalhando é com tarados. Eu sou filho de milico, sou neto de milico, talvez eles fiquem até com raiva quando eu falo isso e nasci num Hospital Militar. E eu entendo o seguinte, que a questão da honra do oficial. Tem até um termozinho lá que eles usam. Aquilo que aconteceu no campo de Parnamirim é um acinte, porque o vice-presidente da República chamava-se João Café Filho e esses canalhas, a palavra é essa, esses canalhas, fazem o enterro do vice-presidente da

República. Na verdade, pra quem gosta um pouco da História do Brasil, eu acho que ali em 1952-53 já estava sendo gestada a República do Galeão. Toda aquela confusão que acabou derrubando é derrubando é o Presidente Vargas, esse negócio veio de longe e por trás tinha uma briga sobre a questão do partido comunista indo para, sendo proscrito e tinha outra coisa, pra tu vê como esse povo é troglodita. O cacete cantou na Base Aérea porque eles diziam o seguinte, botaram na cabeça ali é uma célula e muita gente daquela ali tava defendendo a questão do “petróleo é nosso!”, pra ver como, a estupidez. Coronel, quando a gente fala hoje o que é esse negócio de pré-sal, Petrobras, antigamente a gente levava era cacete no lombo e quem batia eram os militares. Bem, então, eu diria o seguinte, que esse material aqui, professor, que eu vou deixar uma cópia com vocês, nós já temos praticamente todo esse material em processo de lançamento. Na verdade, a questão da Comissão de Investigação da Universidade eu deixei um pouco de lado porque como já existia a Comissão, RU não, a gente tá juntando, eu acho que vocês devem conhecer a companheira Diselma, Diselma ela foi Presidente, conhece? Diselma?

[Inaudível].

Roberto Monte: Pronto, Diselma ela era Presidente da Casa do Estudante Feminino e Diselma tava nos ajudando a fazer o levantamento de tudo que rolou em relação ao RU. Pegando material, com isso a gente já chegou mais ou menos.

[Inaudível].

Roberto Monte: Então o que é que existe sobre a questão do RU que a gente não conseguiu eu estou, segunda-feira eu estou em Brasília e vou jantar com uma pessoa que deve ser muito amigo de você que é Geniberto, quer dizer, na verdade.

Carlos Gomes: Corresponde a ele.

Roberto Monte: Então o que a gente está querendo é criar, mais ou menos, uma espécie de uma embaixada do nosso comitê e dessa nossa articulação estadual, que na verdade quando a gente fala Comitê, a gente tenta trabalhar como fosse uma articulação, pra mim não interessa o nome. E pra Geniberto nos ajudar também a algum ponto.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Roberto, eu vou lhe interromper só pra lembrar, em Brasília nós temos dois dos estudantes que foram cassados da Universidade que são Geniberto e Ginani. Ambos são médicos lá.

Roberto Monte: Na verdade, eu estou sentindo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Tiveram a matrícula cassada, não é?! Depois retornaram e terminaram o curso.

Roberto Monte: Eu estou sentindo falta de Moacyr. Se Moacyr tivesse vivo nos ajudava. Por isso que já liguei pra Geniberto e disse “Geniberto, eu vou começar pegar você como fosse uma espécie de Moacyr pra nos ajudar um pouco” porque eu acredito no seguinte: eu diria que de meados de 2011 até agora o final de janeiro, eu acho que a gente aprofundou legal só pra dizer o seguinte, o campo de Parnamirim nós já estamos com o material praticamente feito e o livro que a gente está pensando é o seguinte, uma introdução. Que seria muito mais do próprio Comitê, um contexto histórico, né?! E isso aí que é interessante que a gente está montando, são dois grandes ABC’s. Um ABC dos reprimidos e o ABC dos repressores. É, a gente está indo com muita parcimônia porque eu sei que determinadas coisas a gente vai ter que ter provas, se antigamente eles que nos combatiam, batiam, torturavam, sem prova, sem nada, a gente não pode fazer a mesma coisa. Então, nós estamos fazendo esse levantamento e com o detalhe o seguinte, terminando todos esses sete livros a gente está criando o que a gente chama de RN Nunca Mais. O que seria o RN “Nunca Mais?” Seria um grande relatório sobre os crimes da ditadura militar brasileira. Do período, vai ter que pegar o período da Comissão, que na verdade são as artimanhas políticas. Pra, quer dizer, quando você quer esculhambar a coisa, você muda período, faz na verdade o pau cantou foi de 1964 a 74,

mais ou menos. Foi na questão da gráfica do partidão. Mas que a gente teve aí mais ou menos 10 anos.

Carlos Gomes: Eu acho que essa data de 46 foi a primeira Lei de Anistia.

Roberto Monte: É, mas aumentaram de 1946 a 88, mas tudo bem, a gente bota aí pra tentar levar luz sobre a questão de 1952. Então, o RN “Nunca Mais” via ser mais ou menos isso. O que a gente está querendo com toda a abertura, eu sei que a gente está com muita informação, mas nós temos consciência que nós somos quase que fiéis depositários disso tudo está?! Então a gente está querendo, inclusive, uma ampliação e com toda a tranquilidade também de pedir ajuda e repassar material. Então, com o detalhe que, como as coisas precisam de certa formalidade de alguma coisa assim mais ampla, nós negociamos durante o todo o ano de 2012, com o mandato da deputada Fátima Bezerra. E o detalhe é que nós conseguimos uma Emenda Parlamentar que saia, talvez daqui para o meio do ano, não é?! Então a gente vai ter uma Emenda Parlamentar no qual a gente vai aprofundar esse tipo de coisa, porque tem algumas coisas que a gente está querendo ver. A questão do campo, conversando com Zé Rodrigues, Zé Rodrigues disse o seguinte que em Nova Cruz, se eu não me engano, foi preso tanta gente que esse povo ficou preso dentro de vagão de trem. Você tem notícia disso? Então, quer dizer, outra coisa a gente está querendo dar uma geral pra saber como é que está realmente, porque conversando com Mery, com o povo todinho, “fulano desapareceu”, a gente vai ter ir atrás. O que foi que aconteceu realmente, quantos morreram, quantos enlouqueceram etc. Pronto, então o RN Nunca Mais ele vai ser esse documento que vai juntar todos os 7 documentos que é: Concentração de Parnamirim, Relatório Veras, Capitão Lacerda, Inquérito da Prefeitura, Prefeitura Situação Financeira, UFRN, RU e também os 477. Que tem a questão do Padre lá da Fundação José Augusto, que a gente já levantou alguma coisa. Então depois a gente vai pegar toda a galera do 477 pra juntar a isso aqui tudinho pra ser o início do material que, junto com toda a bibliografia praticamente, Justina, todos os livros que tem sobre 1964 em diante a gente já leu e já riscou, olhou tudo que tinha, porque de Márcio Moreira Alves, interessante, não torturas e torturados, mas cristo do povo, já tem inclusive questão de pessoas reprimidas no Rio Grande do Norte que a gente não viu em outros lugares. Tem

lá em cristo do povo e depois a gente está fazendo um levantamento, para nós termos um primeiro contato com a Comissão Nacional da Verdade, por isso que talvez seja interessante, professor, é se a gente juntar o nosso Comitê, com a Universidade, com a Comissão que a gente está achando que vai sair na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa, eu não sou nem tão animado e – geralmente – eu sou otimista. Mas por qual ideia é trazer a Comissão pra cá, porque como a Comissão está dizendo que quer ir pra todos os estados, a gente está tentando e eu estou trazendo aqui uma espécie de um roteirozinho que talvez a gente queira coisas de vocês, tipo assim: “a situação do RN antes, durante e depois do golpe”. Discutir a questão, quer dizer, da legalidade, as notas de apoio, aí a gente vai ver as dualidades. Aluízio jogou duplo ali. “Os efeitos do golpe militar”. A questão das humilhações, das torturas, das prisões: “a repressão no RN” que de alguma maneira a gente já avançou legal, que são os IPMS, os relatórios; “As cassações de mandatos”, prefeitos, deputados, vereadores; “A repressão nos sindicatos”, na CGT, nos sindicatos urbanos, sindicatos rurais; “A repressão na prefeitura”, educação de “Pé no Chão” e por aí vai; “Repressão na educação formal”, que teve a Faculdade de Sociologia Eloy de Souza, colégios da rede pública, eu sei que o Ateneu era um lugar que teve muita confusão; “repressão no campo”; as perseguições, demissões, os demitidos pelo governo federal, estadual e municipal. Às vezes não é nem só demitido, conversando com algumas pessoas descobrimos que às vezes ele não renovava, que era uma forma mais velada de você detonar a pessoa. “As torturas nos porões potiguares da ditadura”, então a gente teve aqui locais de tortura. O 16 RI, o regimento de civil, a base naval de natal, a PM, o quartel general e a Polícia Federal. Tem muita safadeza que a PF fez que muita gente não conhece. Tipo assim, alguém conhece aqui Geni? Geni ela é daqui de Natal, o pai dela foi o mestre de obra do Palácio dos Esportes, ela era casada com José Emanuel da Silva, que foi um dos mortos entregues pelo Cabo Anselmo. Geni ela foi estuprada por uma galera da Polícia Federal, ficou grávida, abortou. Quer dizer, tem dramas de questão extremamente “barra-pesada” nisso tudo. E, com detalhe, pessoas que entraram na clandestinidade, as organizações que combateram a ditadura militar, os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos na ditadura militar. Que nós temos: Anátalia de Souza Alves de Melo, que ontem a Comissão da Verdade lá Dom Hélder Câmara de Recife divulgou a audiência que eles tiveram com os familiares de Anátalia; Djalma Maranhão, Djalma na verdade já morreu

de morte “morrída”. Edson Neves Quaresma. O que eu estou dizendo, estou falando pessoas aqui que tem gente que ensina História e não sabe. Edson Neves Quaresma era marinheiro veio lá do Alecrim, fazia – pra você vê como o cara devia ser muito vivo – ponte entre Lamarca e Carlos Marighela, com o capitão Carlos Lamarca! Um dos heróis desse país. Geraldo Magela Fernandes Torres de Melo, Geraldo Magela é outro caso que está na penumbra, porque o que se tem de história de Geraldo Magela que ele é parente de Manoel Torres lá de Caicó. Geraldo Magela ele era ligado a Alexandre Vanucci e ele foi morto, caiu de um viaduto lá de São Paulo e está até hoje. Os milicos entregaram ele dentro, tudo fechado, não podia abrir. A gente até questiona.

[Inaudível].

Roberto Monte: Ahã. Que era parente do outro Vanucci. É, Iran de Lima Pereira, Iran Pereira também de Caicó, também desaparecido na mesma barbárie de Luiz Maranhão.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Luiz Maranhão.

Roberto Monte: E ali mataram, foi por sacanagem mesmo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: É o sogro de Natánias Vansoste.

Roberto Monte: Uhum. José Cilton Pinheiro, não é?! Que já era do PCBR, também foi morto e jogaram dentro de um carro, tocaram granada, incendiaram e detonaram com ele. Lígia Maria Salgado Nóbrega, Luiz Inácio Maranhão Filho – que esse é torturado desde 1952 – Luiz Pinheiro – esse Luiz Pinheiro, a gente pegou essa informação agora com Dermi, esse Luiz Pinheiro a família não quer nem falar. Esse Luiz Pinheiro é alguém ligado à Marinha – nós temos Virgílio Gomes da Silva – pra quem não sabe aquele livro e aquele filme “O que é isso, companheiro?”, na verdade é um grande embuste, porque Gabeira ali era 4º escalão. O Comandante daquela operação era o Comandante Jonas que era Virgílio Gomes da Silva de Lagoa de Velhos. Aquele que eu

falei que levou tanta porrada que um único órgão ficou vivo, parece até poesia. Você falar um negócio desse, foi o coração. Porque ele era *boxer* e quando ele entrou no DOI/CODI ele deu um cacete num milico e aí a galera partiu pra cima, acabou com ele. E teve Zoé Lucas de Brito, que também é daquela Região do Seridó.

[Inaudível].

Roberto Monte: Ahã. Pronto. E para concluir a gente coloca nisso tudo, professor, a questão dos reprimidos dos repressores. Então a gente está...

Carlos Gomes: Luiz Gonzaga de Souza morreu morte natural?

Roberto Monte: Qual é esse Luiz Gonzaga?

Carlos Gomes: Que era professor.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Morreu. Depois da abertura, ele lecionou e tudo.

Carlos Gomes: Foi. Ele foi meu professor. Eu não sei o destino dele, sei que morreu.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Ele foi muito retirado, mas ele sobreviveu muito tempo depois da abertura e morreu.

Carlos Gomes: Sei. Morreu de morte natural.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Eu acho que foi um problema cardíaco.

Roberto Monte: Eu diria o seguinte, professor, a gente tem um roteiro, eu passo pra o senhor, que talvez seja um ponto de confluência do que a gente pode fazer e, assim de

uma forma bem pragmática, em relação à Comissão de Investigação da UFRN. A gente já tem indícios de onde está. Eu queria até pegar informações se vocês tem esse material e o Inquérito do RU, a gente localizou onde está. O material do RU é o relatório de 46 páginas e a chamada juntada. Eu sou economista, eu gosto é de agitar. É, mas tem na juntada do processo de 181 páginas. Então a gente 181 mais 46, talvez.

Carlos Gomes: Esse é?

Roberto Monte: Esse é o material do Inquérito do RU. Uma coisa que a gente poderia tentar fazer em conjunto, como a gente está querendo.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Esse é um dos documentos que abrange mais estudantes.

Roberto Monte: Que eu acho que interessa a vocês

Carlos Gomes: Esse é um dos que...

Roberto Monte: Aí eu, talvez, outra que a gente pudesse.

[Inaudível].

Roberto Monte: Não, a gente conversa. Tranquilo. Porque o que acontece é o seguinte, professor, eu...

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Roberto, só pra eu não me esquecer, porque na minha idade eu esqueço. Além deste, o Inquérito Veras – que vocês já publicaram – envolve muitos, muitos alunos da Universidade.

Roberto Monte: Ô! Veja só, em relação ao Veras, eu acho que a gente colocou o extrato. Eu acho que a gente ainda consegue as tomadas de depoimento. Porque todo

esse material, quer dizer, pode esperar que esses milico eles tocaram fogo em muita coisa. Agora, como existia os tentáculos da dita Comunidade de Informação, isso tem luz própria e cada um as vezes guarda etc. Existe naquele, existe um blog “Não sei que lá, História” que é muito bom esse negócio que tem lá um pesquisador de nome Carlos Fico, que ele vai – se vocês ouvirem aquele material de Carlos Fico você vai entender o seguinte...

Carlos Gomes: Não é “Toque de História”, não?

Roberto Monte: Não.

Carlos Gomes: Tem o “Toque de História”.

Roberto Monte: É um negócio só pra Historiador. Então o que é que eu estou colando o seguinte: o material do Veras e o do Lacerda, eles são – de alguma maneira – mais fáceis de conseguir. Porque naquela existia o chamado Comando Supremo da Revolução, que revolução não era nada, aquilo ali era um Golpe de Estado. Que existia o quê? Os IPMS. Que era os Inqueritos Policiais da Subversão. Então, esse material está praticamente intacto. Então se a gente seguir a questão da Lei do Acesso a Informação, você chega lá. O que, o meu pulo do gato, que a gente depois conversa, é que existe no país um grande grupo de pessoas, uma grande rede, que está trocando esse tipo de informação. Vou dar pra você um exemplo, com esse esquema da repatriação do Brasil “Nunca Mais” descobriu-se que aquilo que era 1 milhão de cópia, na verdade, são 850 mil. Dessas 850 mil, 100 mil estão com problemas no microfilme, mas existe – já é quase consenso – que agora em 14 de maio – se não me engano – quando fizer 1 ano da Comissão Nacional da Verdade, eles vão lançar esse material. Porque esse pessoal que tem, quer dizer, é como fosse eu em outro lugar, quer dizer, o pessoal de Movimento eles fizeram uma articulação com o Ministério Público Federal através daquele Promotor chamado não sei que lá, Vaifer. Não sei que lá Vaifer, é um nome meio alemãozado. Então, acerca de 1 ano meio, 2 atrás eles já estão digitalizando esse material. Com o detalhe que essa digitalização pra levar a uma questão técnica, eles tão levando pra um tipo de tecnologia chamado “Docpro”. Porque o que acontece é o

seguinte, você digitaliza e ao mesmo tempo tem condição de fazer a pesquisa. Então, o que é que acontece, esses 100 mil eles tão chegando a conclusão que é melhor jogar as 750 mil porque todos os grupos, todos as Comissões de Universidades, de Governos etc., e Comitês terem acesso a esse material. O que facilita, negócio é que a gente está pegando o material desse pessoal, eu ainda não peguei o 46, que é o que me interessa é o BNM 46, que é a junção do Veras e do de Lacerda. E dentro desses 46, fala-se do material da UFRN. Então, eu acho que está lá. O que eu estou tentando negociar com os “cabras”, que o 46 ele dá cerca de 2.500 páginas. Porque o grande lance do material que tem do Brasil “Nunca Mais” não é só o material dos processos em si. Porque o livro de Jacó Goreder, *Combate nas Trevas*, foi o primeiro livro que foi feito com os anexos. Pra vocês terem uma ideia, dentro do RN “Nunca Mais” a gente está querendo trazer tudo que tem dentro do Brasil “Nunca Mais”. Vou dar pra vocês um exemplo: há uns 15 dias atrás, teve o aniversário de 70 anos de Mery Medeiros e eu levei pra Mery um material que eu peguei lá que foi, exatamente, ele foi o Secretario ADOC da Reunião de Fundação tanto da Liga Urbana, quanto da Liga Camponesa. Então esse material está todo lá dentro. Então, a gente pegar, ter acesso ao material do Brasil “Nunca Mais”, a gente está querendo dividi-lo em 27 avos pra saber o que é que tem. Porque se tem 707 com 850 mil páginas, então dá mil e tantas. Quer dizer, o próprio Veras tem 2 mil e tanto. Você vê que ele já é atípico. Com detalhe que dos 707, 12 processos são no Rio Grande do Norte em território norte-rio-grandense. E tem até um caso estranho, tipo assim um Padre vem de uma reunião lá em Pernambuco, para aqui em Natal e está com umas revistinhas bestas de panfleto e prendem. E tem outra coisa, tipo assim, todo esse povo – excetuando essas duas situações, da Comissão de Investigação da Universidade, muito mais do Inquérito do RU – é que foi processado fora daqui. Então isso já vai ter que pegar os processos que não aconteceram em território do RN. Se você olhar direitinho eu acho que daqui, Juliano só está nesse do RU, isso eu tenho certeza. Mas pode esperar que nos Processos do PCBR. Que pode. Da ALN etc. Se tava aqui ou está em Pernambuco. Então, em termos gerais, eu acho que o que eu posso sintetizar é o seguinte, o tempo urge, porque o que vai acontecer é o seguinte, as 40 Comissões que já aconteceram no mundo inteiro, viu, Coronel? Pra se ter uma ideia, fez uma Comissão da Verdade em 1974. Então não é coisa de outro mundo, nós estamos fazendo com trinta anos de atraso. Pra gente começar a discutir os crimes da Ditadura Militar brasileira que,

na Argentina, eles fizeram 1 ano depois. Com detalhe que eles perderam lá. Quer dizer, tinha lá tal de um Tenente Astis que era muito valente pra bater em mulher, mas quando os burcas das tropas especiais inglesas chegaram, ele picou-se. Para gente ver com que tipo de gente a gente está mexendo. Então, nós estamos no dia 15 hoje? 15 de fevereiro de 2013, eu acredito que a gente tenha tempo hábil de trabalhar até a primeira quinzena de dezembro, porque o que vai acontecer depois da primeira quinzena de dezembro a gente vai voltar como hoje. Aí vai ter Carnaval, Ano-novo, aquele negócio todo, a gente só vai ter 1 ou 2 meses para fechar.

Carlos Gomes: Pra fechar porquê?

Roberto Monte: Eu não acredito que vocês têm o prazo de 1 ano, não é?!

Carlos Gomes: Não, nós temos 2 anos.

Roberto Monte: 2 anos.

Carlos Gomes: O nosso prazo não foi fixado, mas nós seguimos a Lei Federal. Se a Lei Federal é de novembro de 2011, mas a posse só aconteceu em 2012, eu não me recordo o mês.

Roberto Monte: 15 de maio de 2012.

Carlos Gomes: Então vamos dizer que já tem um ano, vai fazer em maio dois anos este ano? Não, um ano. Um ano este ano, então nós temos até maio do próximo ano, mas – exatamente – a partir de janeiro a gente tem que entregar o material pra Comissão Federal.

Roberto Monte: Agora, pra finalizar mesmo: na verdade a gente fez foi uma grande loucura, quer dizer, a gente usou o tempo que a gente tinha, criamos um grupo de umas 10 pessoas, você sabe que esse tipo de material, mais uma dica pra fechar a história, a

advogada Mércia Albuquerque – muito conhecida desse povo aqui de Natal dos anos 1960, 70 – Mércia ela defendeu – segundo o marido dela – do primeiro ao final, quase 500 pessoas. E dos quais 1960 do Rio Grande do Norte. Meu irmão Osvaldo morou em Recife e virou sócio e amigo de Mércia, quando Mércia morreu o viúvo nos passou o acervo de Mércia. Então a gente conseguiu fazer um grupo de trabalho né?! Eu até renovo... Porque o que a gente teve que fazer o seguinte, a gente chamou pessoas, primeiro você não pode chamar qualquer maracatu pra um negócio desses, porque lá você tem 500 cartas manuscritas. Meu irmão Osvaldo ele pegou todo aquele povo que Mércia defendeu, de Gregório Bezerra, todo esse povo, então só do, um dia desse ele levou lá pra casa 90 Processos da Comissão de Anistia e isso a gente tem que ir com muito jeito, quer dizer, porque realmente eu estou indo com muito jeito porque se está trabalhando se o outro lado não tinha esse tipo de preocupação a gente vai ter que ter muita preocupação porque no meio daquilo ali as vezes tem um atestado ou alguma coisa do psicólogo, ali está mostrando sabe o cerne, aquilo que tentaram destruir e ainda sobrevive. Então, a gente fez esse grupo, a gente levantou todo esse material. Então, pra sintetizar, o material que a gente juntou, juntamente com o material que Mailde, todo esse povo pegou, engraçado há mais de – eu acho que eu não era nem casado, eu já estou com 27 anos de casado... Um dia, vou ao Brandão e encontro um livreto lá, quando eu olhei, não acreditei: Relatório Veras?! Boto logo uns 10... Aí lá vou eu, quando eu trabalhava na Cohab, eu vivia lá em Carlinhos, conversando com Carlinhos, aí quando eu chego lá, está o triunvirato: Mery, Bira (Ubirajara) e Carlos. Aí Carlos disse “rapaz...” Aí ele me contou a história, ele disse o seguinte, quando houve o depois do Golpe que saiu o Veras, Luiz Maria Alves pra fazer média com os milicos fez 100 cópias de um material que saiu em algumas edições do *Diário O Poti*. Dessas 100, segundo Carlos, o gráfico que era amigo dele pegou 1 pra ele, pegou outro pra Carlos, que tinha... E esse daí devia ser alguma cópia, que deve ter sido entregue aos Zé Guará da vida, deve ter sido entregue a Paulo Macedo, que acabou na minha mão. Então a gente conseguiu juntar todo esse material, juntamente com o material de Mércia e o material dessa questão da repatriação do Brasil “Nunca Mais”, então a gente está com esse material e aberto pra fazer coisas concretas, professor, porque eu tava falando o seguinte, nós temos entre hoje e dezembro pra fechar, com o detalhe, a gente vai fazer de qualquer maneira porque quem entrar no nosso blog, a gente está soltando tudo,

inclusive as cartas. A gente convidou Homero pra fazer a Introdução de Parnamirim; Veras foi Dermi; Lacerda vai ser Brasília; o Inquérito da Prefeitura vai ser Williton, ele nem sabe ainda; e a Comissão de Investigação, essa daí eu estou de olho em Justina. Entendeu? Então, eu acho que tem esses pontos de confluência, a gente pode trabalhar agora temos um problema muito sério, que é a publicação de material. A gente fez uma coisa muito louca que para lançar o primeiro, um vale-livro. Eu saí nos sindicatos e vou te dizer o seguinte não são tão animados assim como a gente gostaria. Podia pensar uma coisa concreta pra saber o seguinte, cada um desempenhado o seu papel social. Eu acho que a sociedade civil já fez o seguinte: levantou esse tipo de coisa, mas eu acho que chegou a época de deixar de lado a questão, diria uma palavrinha que está me sobrando aqui, eu acho que a gente tem que começar a trabalhar a questão da institucionalidade sabe. Eu quero saber o seguinte, Ceiça Fraga, eu vejo Ceiça bem novinha toda animada, doida pra lascar gente, eu quero saber o seguinte, Ceiça... Justina, eu quero procurar o Prefeito e dizer “Prefeito, estamos querendo...” Eu sei que não tem negócio de dinheiro, eu quero articulação. Eu sei que está todo mundo lascado de dinheiro. Eu quero chegar a Capitania das Artes pra saber o seguinte, como fazemos alguma coisa pra discutir a literatura que já foi discutida sobre isso? Então, estamos querendo o que? Sempre temos uma reunião mensal que sempre é no IFRN, queremos ir para o meio da rua com a galera do levante e a outra coisa escolas. Em 1987, a Comissão Justiça e Paz, engraçado ontem eu me lembrei muito disso porque Fernando Lira era o Ministro da Justiça.

Carlos Gomes: Da Justiça.

Roberto Monte: E tinha um grande amigo nosso lá de Pernambuco, chamado Valdemar de Oliveira Neto, parente do “cabra” que mexia com teatro, que a gente conseguiu uma grana. Pra ver como na época era, conseguimos um carro usado, a gente foi pra, fizemos 200 debates. O que a gente está querendo, Ivis, é fazer uma espécie de um banco de pessoas. Eu te pergunto: “Ivis Bezerra, você me dá quantos dias da tua vida” para depois de divulgarmos em televisão etc., Qual a escola que quer uma discussão? Então é um pouco isso, a gente vai trabalhar Reuniões Ordinárias, Questão de Ir Pra Rua, e tem que ter rua, se não tiver rua a gente vira tudo burocrata; e escolas. E com o detalhe que precisa lançar 6 livros, 6 livros. Uma das coisas que eu vou agitar lá

com Geniberto, “Geniberto ô, eu preciso de uma grana pra lançar o Capitão Lacerda”, porque eu já senti o seguinte, vender livro pra fazer livro é impossível e às vezes chega um cabra novinho, doido pra ler, eu vou vender um livro desse, eu dou 2 pra ele. Então eu acho que em termos gerais é isso, Professor, quer dizer eu acho que a gente, a palavra é essa, é a fase heróica. Eu acho que a fase heróica sabe, quer dizer, eu acho que a gente está querendo encerrar pra entrar na questão da institucionalidade. Como é que a gente pode trazer a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, não só de suprir de informação, aí como é que a gente pode fazer em conjunto? Como pode fazer pra que vá professores, escolas, bibliotecas. Vive num Estado, Professor, que 25 anos a Biblioteca Pública não compra um livro. Então, quer dizer, em termos gerais é isso e a gente fica totalmente aberto, passo mais um material e tem um outro detalhe, viu Professor?! Tem outra coisa interessante, é o seguinte não sei se você já viram uma grande exposição que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos fez, tem mais de 100 metros quadrados, a gente tem essa exposição e essa exposição está aqui na Universidade porque a gente não tem como sair, topa Justina a gente sair botando nas escolas? Sabe a gente passa, a gente está querendo passar para alguém. É uma exposição, tem mais de 100 metros quadrados, a gente conseguiu com o Ministro Vanucci. É uma puta exposição. Isso aí tudinho em cima dessa exposição. Sobre a questão de 64. Eu te passo depois o endereço você vai ver isso aí tudinho. Esse material está aqui em algum lugar na Universidade, que a gente não tinha aonde levar. Porque pra levar você tem que ter certa estrutura e a gente é tudo sem futuro. A gente é, em linguagem cinematográfica a gente tem do argumento, roteiro, a filmagem, a gente acaba sendo até o câmera e o cabo men.

Carlos Gomes: Agora, Roberto, desse material todo que você tem, como nós poderíamos chegar a este. Porque eu já ouvi falar nesse Inquérito da Universidade.

Roberto Monte: Porque tem o Inquérito do RU.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: O RU, Restaurante Universitário.

Carlos Gomes: Aqui não tem. Aqui na Universidade ninguém sabe nada dele. Não está por aqui.

Roberto Monte: O, se o senhor entrar hoje na nossa página lá dhnet.org.br.

Carlos Gomes: Como é?

Roberto Monte: Dhnet.org.br

Carlos Gomes: Dhnet?

Roberto Monte: DH, de Direitos Humanos, net.org.br/verdade, não o que o RU.

Conceição Fraga: Quem são as pessoas, porque é importante pra Comissão.

Roberto Monte: Eram estudantes que foram resolver a questão de alimentação.

Conceição Fraga: Digo assim, tem nomes.

Roberto Monte: Claro!

Conceição Fraga: Não, eu estou dizendo assim para orientar.

Carlos Gomes: Claro, claro.

Roberto Monte: Sim, não, eu já posso.

Carlos Gomes: Porque os temos que, inclusive, convidar certas pessoas a comparecer aqui. Por exemplo, surgiu um nome que eu não sabia que é o Figueiredo, o Zé Maria Figueiredo, eu não sabia.

Roberto Monte: Foi o que teve a primeira Universidade particular aqui do Estado?!

Carlos Gomes: Zé Maria Figueiredo é um homem que na verdade foi o último, vamos dizer, a ter a guarda dessa documentação, nós vamos ter que convidá-lo.

Roberto Monte: Agora, só um detalhe, professor. Talvez fosse.

Carlos Gomes: Se for viva ainda essa funcionária.

Roberto Monte: Eu acho que o ideal, o ideal seria o seguinte ô, pra esse tipo de trabalho tem um termozinho que se chama interlocutor. Eu estou numa situação às vezes meio complicada eu lembro que um dia desse eu fui conversar com Willington, aí disse você tem 15 minutos, não é possível, é como fosse uma pessoa louca dizendo várias coisas, tem que ter alguém que seja o interlocutor. Disso aí o que é que a gente pode passar, que informações a gente tem, das 46 páginas a gente deve ter umas 10. Eu tenho informação que, das 46, existe mais 181 que é as páginas que é da juntada de processo. Uma das conversas que eu vou ter com Geniberto é como é que a gente na manha consegue isso. Da mesma forma que eu consegui o material de Lacerda. Lacerda eu consegui em *off*, no Arquivo Nacional. Um amigo meu tava lá, a serviço da Comissão da Verdade, eu disse: “rapaz, eu quero é Lacerda”, ele conseguiu. A segunda coisa é a gente ir atrás desse Inquérito, o Inquérito do RU não, da Comissão da UFRN que foi nomeada por Onofre Lopes Cardoso, Lopes Cardoso não.

Carlos Gomes: Onofre Lopes da Silva.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Onofre Lopes da Silva.

Roberto Monte: Onofre Lopes da Silva. Não, que inclusive...

Carlos Gomes: Adriel é que é Lopes Cardoso.

Roberto Monte: Não as coisas de Natal são o seguinte, quando a gente fala de um fala do outro. Porque, inclusive, eu tenho, eu não sei nem se ele vai gostar disso, quer dizer,

Tio Haroldo é casado com Nilze que é. E pra mim na Relação do ABC dos Reprimidos Onofre tem a mesmo valor de quem deu uma cacetada no pé do ouvido de um.

Carlos Gomes: Mas Haroldo foi uma pessoa que eu já registrei num livro ele teve um papel, claro ele era militar da ativa.

Roberto Monte: Parece que ele não deixou, no livro de Mailde.

Carlos Gomes: Mas, ele não permitiu.

Roberto Monte: Lacerda ia dá um cacete em alguém, ele não deixou.

Carlos Gomes: Ele correu um risco. Ele não permitiu a tortura e ele ajudou muito na interlocução das famílias com os presos políticos. Então, nessa parte aí. Como o próprio Cleanto Siqueira fez isso também, ele facilitou o entendimento das famílias dos presos, a gente, na OAB, mais dois advogados, mas também tinha gente que não era advogado que houve essa ligação. Então houve, eu não vou dizer que é colaborador, não. Era um homem humano, suficientemente humano, que ajudou e sentiu.

Roberto Monte: Professor, eu sei que eu estou falando, mais eu quero dar só um adendo: se a gente for querer discutir essa questão no lance mesmo como fosse é o branco contra o vermelho, o bom contra o ruim a gente não vai chegar a nada. Olhe eu era muito amigo de Marcos Maranhão e Marcos e contou uma história que eu achei que retrata um pouco pra você entender porque Dinarte segurava a onda de pretextado? Se você não entender o que é o sertanejo, você não vai entender nada. Djalma Maranhão era o único exilado brasileiro lá no Uruguai que tinha um passaporte, por quê? Aí é que está interessante. As velhinhas que era tudo as avós chegaram lá e disseram Ulisses Cavalcanti que era tido como o que mandava em tudo, as velhinhas tomando o chá, disse “Ô, vá lá Ulisses e diga pra fazer isso” porque na época o passaporte era colocado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. Se a gente não entender um pouco a questão da aldeia. Eu acredito o seguinte sabe o que? Eu digo sinceramente, eu imagino

o seguinte, saber por que Tio Haroldo não deu o cacete, pode esperar que a pessoa era amigo de vovô, que tinha uns elos de amizade.

Carlos Gomes: Seu avô era Júlio?!

Roberto Monte: Júlio.

Carlos Gomes: Tenente Júlio Gomes.

Roberto Monte: Exatamente.

Carlos Gomes: Fui advogado dele.

Roberto Monte: Por isso que eu disse que sou neto de milico. Então quer dizer eu acho que é isso. Em termos gerais, a gente fica totalmente aberto, agora, eu só que nós tivéssemos interlocutor e um cronograma do que se fazer. Porque a partir de agora o tempo urge. Nós só temos até dezembro, inclusive pra concluir, a gente está chamando o seguinte essa relação dos 7 mais o RN “Nunca Mais” é a Enciclopédia do Terror RN. Porque a gente está pegando a deixa do Brasil “Nunca Mais” que na verdade aquelas 1 milhão, que revelou 850 mil cópias, que viraram na verdade 12 volumes, 6 mil páginas que é chamado a Enciclopédia do Terror. Tenho dito.

Carlos Gomes: Nós vamos examinar uma série de nomes que já foram informados, o Adriel eu não sei, é vivo ainda, Adriel? Então nós temos que chamar, Adriel é a figura mais importante.

Roberto Monte: Deve está se arquejando aí no meio do mundo. Já deve está bem velhinho, viu?

Carlos Gomes: É, deve estar uma pessoa de idade.

Roberto Monte: Disse que quando chegar ao céu deve está detonado.

Carlos Gomes: Claro que a gente via ouvir o Adriel com toda cautela porque ele é um homem, deve ser um homem de idade. E outra coisa ele tem aquele sentimento da culpa. Porque o próprio reitor não queria nem vê-lo aqui.

Roberto Monte: Ele devia ser muito malhado, não é?!

Carlos Gomes: Devia ser muito malhado! É mas a gente tem que, é a tal história de fazermos o tratamento correto, sem agressões, sem nada, vê o que é que a gente colhe dele. Agora, encontrar esse inquérito pra mim é fundamental.

Roberto Monte: E logo!

Carlos Gomes: Porque aqui a Universidade o arquivo é muito fraco, não faz nem muito tempo que eu fui Presidente da Comissão de Juristas da Universidade, aí no tempo de Daladier. Eu peguei Daladier, peguei Ivanildo, eu cheguei a ser Presidente dessa Comissão e nós nos reunimos para oferecer parecer a alguns casos de funcionários, casos comuns e no meio dele tinha de Maria Laly. Quer dizer, eu queria ver esse documento, ninguém sabe onde é que está?

Roberto Monte: Não, e tem muito artística. Quer dizer...

Carlos Gomes: Eu queria ver porque o de Maria Laly é um caso excepcional, o homem que forçou o pedido de demissão de Maria Laly foi o Fonseca.

Roberto Monte: Genário?

Carlos Gomes: Genário.

Roberto Monte: Sargentão.

Carlos Gomes: E nós demos parecer. Quem? Já morreu.

Roberto Monte: Já morreu. Só se for em sessão espírita.

Carlos Gomes: E Maria Laly foi reintegrada a Universidade com a declaração dele que tinha obrigado ela a pedir demissão. Então quer dizer, isso é um.

Roberto Monte: Não. Inclusive, tem muita gente “artista”. Quer dizer um “cabra” como Diógenes da Cunha Lima tem o desprate de fazer um livro respondendo a Pablo Neruda. O “cabra” que detonou a Campanha de “De pé no chão também se aprende a ler”! Isso daí vai ter que ter sido denunciado.

Carlos Gomes: O Diógenes nós vamos convocar porque, por coincidência, foi na administração dele que alguns estudantes voltaram a estudar, é interessante. E alguns poucos professores, que eu me lembre de direito só me lembro de Machado e de Hélio Xavier, só me lembro desses dois.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, não tenha dúvida.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, nos vamos chamar todos os reitores vivos. É lógico. Genivaldo, Domingos é em Brasília, mas a gente deve ter alguma maneira de conseguir ouvi-lo, Diógenes, Daladier.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Geraldo.

Carlos Gomes: Geraldo Queiroz.

Conceição Fraga: Tem duas funcionárias que eu lembro bem que trabalhavam no Colegiado.

Roberto Monte: Não vamos esquecer o Jurandyr, viu?! Juradyr era da ASI nera?!

[Inaudível].

Carlos Gomes: Sim, sim.

Roberto Monte: Viu, Professor. Jurandyr eu acho que era ligado a...

Carlos Gomes: Jurandyr Navarro, é pode ser.

Roberto Monte: Jurandyr, seu confrade de Instituto Histórico.

Carlos Gomes: É. O que eu acho é que alguns funcionários da Universidade exerceram alguma função dentro dessas entidades na condição de funcionário, foram designados. Agora, o que a gente precisa ver o que é que de realista de um realismo maior do que o devido. Eles praticaram?!

Conceição Fraga: Uma pista boa, professor, são as atas, porque – por exemplo...

Carlos Gomes: Claro, as atas, isso.

Conceição Fraga: Porque naquela época havia prática também da gente fazer... Então pegando as atas pode ser que encontre alguma coisa, claro.

Carlos Gomes: Encontra, encontra.

Roberto Monte: Eu acho que pegando também sabe o que?

[Inaudível].

Roberto Monte: A entrada de militares que estudavam aqui.

Carlos Gomes: O momento crucial do Movimento de 1964, Faculdade de Direito, que eu exatamente comecei em 64, terminei em 68, pior período que tinha e doutor Otto tinha como uma pessoa, de certa forma, não vou dizer, confidente, mas era uma pessoa que ele confiava e trocava era Maria de Lourdes Pinheiro. Lourdinha eu sei que está viva e lúcida. A última vez que eu encontrei com ela, ela me lembrou de um bocado de coisa. Então ela será uma pessoa que deve saber.

Roberto Monte: Só uma sugestão, professor, eu acho que talvez fosse interessante porque viriam de questões relativamente funcional pra saber o seguinte, eu estudava à noite, eu fazia meu curso à noite, a quantidade de milico que tinha era uma coisa de doido. Tudo malhado, porque ia tudo de capanga. Agora, tipo assim, esse povo, seguramente, entraram sem vestibular. Devia ter algum tipo de mecanismo pra saber o seguinte quantos entraram que eu acho que isso pode é uma forma relativamente quantos entraram pela janela, como diz o outro.

Carlos Gomes: Isso perdurou muito. Isso perdurou durante muito tempo. Mesmo depois de 1988. Eu era professor aqui e eu digo e confesso, todo mundo sabe eu nunca fui de esquerda. Eu um cara recém-casado, com filho, quando eu entrei na Faculdade eu ia cuidar da minha vida.

Roberto Monte: Mas tem gente tão doente que deve sentir que o senhor tem uma coisa meio marxista.

Carlos Gomes: Não, eu fui denunciado como comunista por um colega de turma. Mas nunca deu em nada. Mas você veja, eu que não era de esquerda, mas eu via muitas coisas lá na Faculdade. Então eu tenho um conhecimento porque venho daquele período mais grave e sei que Lourdinha sabia muita coisa. Ela ouvia. Quando vinha notícia,

leitura de algum ofício, ela ia contar a gente: “olhe tem um negócio perigoso que vai fazer” e tal, muita gente deve ter fugido.

Conceição Fraga: No setor de cadastro para saber se algum aluno teve diploma cassado, porque facilita...

Carlos Gomes: Eu tenho conhecimento de um que é exatamente Rinaldo. Rinaldo está aqui pra.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Inclusive, queremos exatamente ouvir Rinaldo. Veja, alguns colegas que eu fui professor, eles eram mais adiantados do que eu quando entrei na Faculdade, como Juliano e aquele menino – como é meu Deus? – Danilo Bessa. Aí depois eles voltaram, foram meus alunos.

Roberto Monte: Alfredo Santiago é alguém interessante que ele foi o último. Eu lembro que foi a Comissão de Justiça e Paz e principalmente Elias Cabral Maciel.

Carlos Gomes: Conheço demais.

Roberto Monte: Que fez, Elias fez o processo de Alfredo, porque Alfredo está envolvido em qual? Ele está envolvido na Fundação José Augusto, porque Itamar de Souza, o padre, que era o dedo-duro da época ele conseguiu detonar Rinaldo, mas no caso de Alfredo não. E Alfredo também está, teve problema aqui na Universidade.

Carlos Gomes: E o que Elias tinha com isso? Ele era do Banco do Brasil.

Roberto Monte: Não, não. Elias era advogado da Comissão de Justiça e Paz e fundador. Era do lado do bem como diz o outro. Num negócio da casa do bem.

Ivis Alberto Lourenço Bezerra de Andrade: Presidente, Presidente!

Carlos Gomes: O que a gente tem que fazer é com maior urgência ouvir essas pessoas, de preferência os mais idosos pra evitar que de repente aconteça.

Roberto Monte: Eu acho que Alfredo é uma pessoa importante pra ouvir.

Carlos Gomes: Nós já temos uma agenda com algumas pessoas que serão ouvidas e inclusive uma pessoa que noticiou que foi perseguido. Nós estamos interessados em ouvir. E, claro, daqui pra lá, eu fiz um agendamento até março e vamos fazer outro e, claro, eu quero ouvir as sugestões porque a gente não pode ficar só ouvindo depoimentos, a gente tem que pegar também uma Comissão pra ir buscar, conferir documento etc. Então as sugestões são importantes. E, outra coisa, eu gostaria que quem tivesse aqueles livros fosse já engendrando um começo de relatório pra gente pegar o fio da meada, armar um esqueleto de um relatório, está certo?! Pra gente ir recheando esses capítulos.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Da ADURN?!

[Inaudível].

Carlos Gomes: Até porque ela deve ter acompanhado tudo isso. Eu sei que a missão é árdua. Vocês não tenham dúvida que a missão é árdua, porque o tempo é curto. É árdua porque o tempo é curto. A gente vai ouvir duas pessoas só hoje e já tomaram o tempo. Nós já temos duas pra próxima semana. Temos Juliano e temos mais duas a, que uma foi indicada que é o Arruda Fialho e este cidadão quem mandou uma correspondência bem organizada, que foi vítima da Universidade.

Roberto Monte: Como é o nome dele?

Carlos Gomes: Alberto. Queremos ouvir esse cidadão, claro! E ele mandou, ele

Roberto Monte: Um arrazoado.

Carlos Gomes: Um arrazoado interessante, vamos ver. Se a nossa Comissão confirmar, apurar, ampliar, e se encontrar alguém que tenha sofrido alguma injustiça que a gente possa reparar, a gente considera alguma coisa.

Roberto Monte: Vamos botar isso na TVU, professor!

Carlos Gomes: Há uma indicação. Há uma indicação desse cidadão que se diz que foi prejudicado. Há também uma senhora que mora em Parnamirim que um jovem me procurou, eu vou entrar em contato com ele, eu quero ouvir essa mulher. Ela é apavorada. Todo mundo que chega a porta, ela diz “é a polícia”.

Roberto Monte: [risos].

[Inaudível].

Carlos Gomes: Então, eu não faço questão de ir lá, com jeito, se preciso eu vou até com psicólogo pra gente conversar. Porque eu sei que tem gente que às vezes cria isso. A gente precisa olhar até onde vai a verdade do depoimento porque pode ser alguém que tenha. Eu tenho um colega que eu descobri a semana passada, começou a telefonar, foi lá na minha casa e passou duas horas narrando uma história de que onde ele chegava o pessoal puxava o celular pra filmar.

Roberto Monte: [risos].

Carlos Gomes: Aí eu comecei a me apavorar.

Roberto Monte: [risos].

Carlos Gomes: E já descobri que não há nada disso. Ele está... Entendeu?! E eu tenho que aceitar, ouvir e dizer...

[Inaudível].

Carlos Gomes: Uma psicóloga, pronto! E essa pessoa que vai a frente. É bom ter uma mulher no meio e tal. Pronto é pra não, se é que ela tem alguma coisa real, porque ela pode não ter. Mas tem gente que constrói sonho e o que a gente quer apurar é a verdade. Muita coisa, a gente vai ter muita informação. Aquilo que não nos interessar, quer dizer, não nos interessar funcionalmente porque a nossa missão é na Universidade, nós vamos enviar para a Comissão que já existe aqui, eles que tornem isso... Agora, nós precisamos é das informações nossas, aqui da Universidade para somar a outra. Pois não, eu, como terminou o depoimento do menino, de Roberto, agora nós vamos a nossa rodada natural, vamos ter cuidado pra não esquecer o nome, anotar as pessoas, para cada um. Vá diga! Pois não, diga o nome viu?! Pra gente.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Victor? Você é bolsista? Não, está certo! Você é da Universidade? Muito bem! Estudante de Direito, está certo, vá!

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, é porque a gente está gravando! É pegue esse aí, por favor. Ivis, o Arruda você já falou com ele. Está legal, está certo! Não, está certo, tudo bem!

Victor Darlan: Professor, acho que a gente poderia, pra economizar tempo ir em duas frentes: ter a frente de colheita de depoimentos e ter uma outra frente pra já ir aproveitando esse tempo pra procurar justamente esses documentos. Não só o que Roberto falou, mas outros que outras pessoas forem indicando. Por exemplo, esses documentos aí que está no site. De a UFRN disponibilizar a estrutura dela pra imprimir

pra Comissão já ir colhendo dados. É coletar dados que sejam interessantes para própria.

Carlos Gomes: Só um minutinho, só pra lhe informar uma coisa.

Victor Darlan: E daí, Professora Ceíça e outros professores que vem já pesquisando, já teve uma bagagem disso aí, possam indicar também livros na BCZM. Que possam ser disponibilizados por um prazo superior ao prazo ordinário. O prazo que da gente é 15 dias ou 30. Ser um prazo mais largo. Pra Comissão ter acesso a esses livros. Conversar com a Diretora da BCZM e explicar o caráter ímpar desse material que deve ser colhido.

Carlos Gomes: Eu concordo com você. É essa a linha de meu raciocínio. Eu quero dizer que nós já conseguimos uma sala aqui próximo mesmo. Que é pra gente ir guardando e se a gente quiser fazer uma reunião, uma conversa mesmo que não seja no dia de reunião nós teremos onde ficar. Dever ter um computador não é que a gente possa usar. É aqui.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Pronto. Mas há possibilidade, certo?! Então pra gente não ficar aqui, porque aqui quase todo dia tem reunião. Pois não, quem mais quer falar? Diga o nome aí que é pra gente anotar.

Magnus (Ouvinte): Alô?

Carlos Gomes: Está falando.

Magnus (Ouvinte): Magnus. Sou do Centro de Referência de Direitos Humanos do Curso de Direito também daqui da UFRN. Não, eu queria só retomar uma sugestão que já foi dada até por Darlan há muito tempo. Que foi de dar uma olhada nas portarias da UFRN aqui. E fazer um levantamento e trazer pra Comissão. Porque eu acho que não

deve ser um trabalho tão árduo assim, eu sei que é de muito tempo, mas eu acredito que a Reitoria deve ter seu próprio sistema de arquivo. E até pra sugerir que os bolsistas deem uma olhada nesses documentos e já lanço também como sugestão dá uma olhada no livro de Mailde Pinto que ela indica duas portarias que foram responsáveis pela expulsão de alguns estudantes aqui da Universidade.

Carlos Gomes: Muito bem.

Magnus (Ouvinte): Agora eu não me lembro exatamente quais são as portarias, eu anotei, tava procurando aqui no caderno, mas não achei.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É nós fizemos ofício. Nós fizemos um ofício para todos os departamentos, coordenações, diretorias da Universidade pedindo informação sobre qualquer tipo de documento. Infelizmente, não temos tido sorte. As respostas têm sido negativas. Mas nós não recebemos ainda de todos, então essa sua ideia correta nós vamos insistir e procurar ver toda essa documentação.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Bolsistas.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Até porque não há maior interesse. Não há maior interesse.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: 1964.

Almir Bueno: [Inaudível].

Roberto Monte: [Inaudível].

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Perdendo tempo.

Almir Bueno: [Inaudível].

Roberto Monte: [Inaudível].

Carlos Gomes: Nós vamos olhar da criação da Universidade pra cá. Da criação da Universidade pra cá. Essa ideia que você está falando realmente é a que nós estamos seguindo. Porque antes do recesso, já com aqueles poucos bolsistas selecionados, nós fizemos uma reunião, o senhor não pode comparecer, e nós demos encargos e eles se saíram muito bem. Já fizeram depoimentos aqui. Encontraram já coisas interessantes.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Mas já consegui, por exemplo, já se descobriu na *Tribuna do Norte* que o período mais importante não existe lá. Então, foi você? Não sei! Então, pronto, já pedi que eles insistissem ver se o Instituto Histórico tem essa parte.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Ah, meu Deus!

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: É, e a gente está lutando pra ver se consegue, acho que não vai sair daqui não. Bom, então a gente tem feito coisas, já localizaram os arquivos do DOPS, já foi alguma coisa.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Com esses depoimentos é que a gente vai conseguir?!

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: É, vai ser difícil.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Já foi uma boa coisa, ela já tinha falado alguma coisa.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: [risos].

Patrícia Wanessa de Moraes: Eu encontrei só de Ciências Sociais porque o NEHAD que é quem condiciona os trabalhos de História está fechado. Eu fui conseguir pesquisar isso hoje, antes devir pra cá. Aí eu encontrei 3 trabalhos que pelo título podem ser. O problema é que eu quero saber se da Comissão pode disponibilizar as cópias porque o núcleo tem um horário de funcionamento limitado, às vezes tem muita gente lá, pra ler lá é um pouco chato, é melhor ter o material.

Almir Bueno: [Inaudível].

Carlos Gomes: Agora, se você encontrar alguma coisa, assim, de muita relevância você me informe que aí eu faço a requisição.

Patrícia Wanessa de Moraes: Aí outra coisa é o trabalho que eu tinha falado na reunião anterior que o Juliano que era... É do rapaz chamado, que atualmente é professor, Carlos Alberto Nascimento Andrade, aí eu tirei uma cópia. Da metade do trabalho, pra ir lendo aos poucos só que a parte que é mais interessante, que é da ocupação da Reitoria, eu não tirei a cópia... É um trabalho que até onde vi pode dar alguma luz. Mesmo que não dê nomes completos e dados, a gente precisa, digamos, que o volume de informações pra compor esses relatórios. Não vai ser só coisas objetivas...

[Inaudível].

Patrícia Wanessa de Moraes: Não, posso pegar essa.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Que é a História da Faculdade de Direito?

[Inaudível].

Carlos Gomes: Sim, sei, sei.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Olhe, o livro que Gileno escreveu sobre o Mário Porto tem alguma coisa, porque mostra a perseguição. Bom, eu tenho.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Eu tenho.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Ele fala o que o professor sofreu desde a Paraíba, inclusive aqui no Rio Grande do Norte. Ele foi discriminado aqui pelos próprios colegas.

Victor Darlan: Professor Carlos! Não necessariamente precisa tirar cópia, mas já que vai ter uma sala, a gente poderia realocar toda a bibliografia que fale do período da ditadura pra essa outra sala. É a própria.

[Inaudível].

Victor Darlan: Pronto, melhor ainda!

[Inaudível].

Carlos Gomes: Bom, o que tiver digitalizado nós pudermos conseguir; o que não estiver, nós podemos conseguir tirando cópias. Eu só quero que chegue a mim essa indicação, porque aí eu vou à Reitora, se ela nomeou a Comissão, tem que ter suporte. Sem suporte não adianta, é só faz de conta.

[Inaudível].

Carlos Gomes: O que você precisar, me dê, me dá a indicação que ou a gente, a gente, é claro você vai tirar cópia sai muito caro e nós temos que ter verba pra isso, não tenha dúvida.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Faça, faça, faça.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Perfeito.

Thales Gomes de Lima: Professor! Professor Carlos! Só uma informação: com relação ao Instituto Histórico, a gente teve esse problema da *Tribuna do Norte*, mas eu tive uma informação de uma funcionária lá que havia edições no acervo de lá do jornal de Djalma e que tinha sim após 1964.

Carlos Gomes: Quem?

Thales Gomes de Lima: Do jornal de Djalma.

Carlos Gomes: Sim.

Thales Gomes de Lima: Existiam edições no pós 64 que tinha no Instituto, então pode ser que seja uma informação interessante.

Carlos Gomes: Sim. É interessante.

Thales Gomes de Lima: E na própria *Tribuna do Norte*, mesmo assim algum material que não for relevante pra situação da UFRN, eu acho que eu tinha falado na reunião passada, que tinha uma lista de algumas exonerações. Então, não sei se os colegas já tiveram acesso, com relação ao próprio Prefeito Djalma, da sua exoneração e de alguns funcionários, servidores do Estado e do Município. Eu não sei se os colegas já tiveram acesso.

Carlos Gomes: Está certo. Eu gostaria que você faça as anotações do período do que tem lá, tal tudo isso é muito importante.

Thales Gomes de Lima: Eu já fiz uma, eu vou só terminar pra encaminhar.

Carlos Gomes: Se precisar, a gente consegue. Como é seu nome? Thales.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, não. Era um jornal não tinha regularidade. Eu acho que é problema financeiro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É. Era um jornal de pouquíssimas folhas, eu me lembro de alguns exemplares. Mas, de qualquer maneira, tudo tem valor. Olhe, não tem nada que não tenha valor. Eu fui estudante sei, tinha uns professores que tinham marcação que tinha uma professora lá que eu não me lembro mais nem o nome “olhe esse livro quem tiver, isto é uma porcaria”, eu tenho todos e eles tinham também.... Tudo tem sua validade. Tudo tem um escrito. Anotação tem validade.

Magnus (ouvinte): Eu acho que o que pode ajudar pra achar o nome do pessoal no DOPS pode ser até o *Relatório Veras*, porque está bem sistematizado por pessoa.

Carlos Gomes: Pode, claro!

Magnus (ouvinte): Se der uma olhada. Outra coisa assim, ainda sobre as matérias dos jornais e tal, o livro de Mailde também traz alguns trechinhos de matérias da *Tribuna do Norte* e do *Diário de Natal*. Portanto pode ajudar naquilo que não achar, quanto também quando for procurar nos 2 jornais já tem exatamente qual é a edição que está procurando.

Carlos Gomes: Eu vou separar, eu devo ter sobre este assunto, eu devo ter uns 10 livros. Escritos aqui, em Mossoró, Macau. Eu comprei. Consegui comprar. Então, tem muita coisa interessante.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Eu tenho de Floriano, tenho.

Thales Gomes de Lima: O problema principal do jornal, assim, o *Tribuna do Norte* é porque o material não é catalogado. Então, é um trabalho que tem ser feito totalmente manual. O ano de 64, em si, ele está com essa defasagem. Tentei ir atrás do Instituto Histórico, também não tem. Eu acho que seria mais fácil se a gente conseguisse encontrar algum colecionador.

Carlos Gomes: Pois é, eu já ando procurando por aí.

[Inaudível].

Thales Gomes de Lima: Não.

[Inaudível].

Thales Gomes de Lima: Não, não tem

[Inaudível].

Thales Gomes de Lima: Mas o acervo da Biblioteca está digitalizado com falhas também.

[Inaudível].

Thales Gomes de Lima: Mas já, ele está digitalizado esse material na Biblioteca Central, mas também é um trabalho já que tem um tempo e ainda também não foi catalogado e também tem falhas. O problema é esse, porque o material digitalizado da Biblioteca foi digitalizado parece que pela própria *Tribuna do Norte* e encaminhado pra algum Projeto de Parceria. Então ficou na mesma.

Carlos Gomes: Olhe, esse nosso trabalho vai inclusive prestar um grande serviço, vamos dizer, aos registros da História. Nós vamos apontar as falhas do arquivamento e tentar o que, resgatar aquilo que está em aberto. É muito importante pesquisar.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, eu tenho seu livro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Mais alguma coisa? Você é o que é o de Caicó? Alguma novidade? Parece que deu tudo certo.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Está certo. Como é seu nome? Vocês desculpem, eu fui professor 35 anos, eu tinha cerca de 600 alunos por semestre, então eu não consigo, não aprendi a decorar os nomes, aí você me desculpe, mas só com o tempo viu?! Não é desrespeito não, não é descaso é porque é terrível. Agora tem um colega que fez o trabalho da República, foi você Thales? Que disse que tinha um rapaz que era pesquisador?!

Thales Gomes de Lima: Na República existe um ex-funcionário pesquisador.

Carlos Gomes: Conseguiu o endereço dele?

Thales Gomes de Lima: Eu tentei entrar em contato com ele, mas ainda não consegui retorno. Eu estou com o número, posso até disponibilizar pra Comissão que ele trabalhava com alguma coisa nesse sentido. Porém a informação que foi passada, que a República na Época já era o Departamento Estadual de Imprensa ela só tinha, assim, nos seus exemplares, informações administrativas. Exonerações, admissões, então eu vou tentar entrar em contato com ele mais uma vez pra ver se ele sabe de alguma coisa...

Carlos Gomes: De repente, pode haver um detalhezinho que a gente possa ir atrás.

Thales Gomes de Lima: Porque o material de lá já é tudo digitalizado, mas também não é catalogado.

Carlos Gomes: Pesquisa é uma coisa penosa, tem que ter paciência. Eu fiz um livro sobre a OAB, eu passei 6 anos pesquisando porque algumas coisas não batiam, eu tinha que geralmente feio a mão, lá não, tinha ainda impresso. Então a gente tem que ter cuidado, às vezes até coisas que é impossível você ler. Eu chamava 10 pessoas, botava lupa não tinha jeito, às vezes tinha que botar uma chave contínua que não pra entender. Então a gente tem que ter paciência. Está certo. Não vai não. Bom, mais alguma coisa, porque nós temos ainda uns poucos bolsistas para completar o quadro, mas pode dizer.

Magnus (ouvinte): Acho que ainda tem outra dica que pode ser útil pra achar o nome do pessoal pra quando for procurar no DOPS, salvo DHnet tem o ABC da Subversão aqui no Rio Grande do Norte.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É esse ano vamos lutar porque não tem eleição. Mas está certo, agora, vamos pensar dessas pessoas as que são pertinentes ao âmbito na Universidade. Porque nem tudo interessa a gente. Interessa a História, mas ai já tem quem vá fazer. Olhar só a parte da Universidade.

Roberto Monte: DHnet.org.br. Tudo que eu estou falando aqui está lá.

Carlos Gomes: É tanta informação que... Diga, minha jovem.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, não, não.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Está certo, está certo... Você vê que vai dar trabalho. Muito obrigado viu?!

[Inaudível].

Carlos Gomes: Pronto, eu gostaria.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Claro, claro, claro.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Arquivo Nacional.

[Inaudível].

Carlos Gomes: É, eu vou pedir um favor a vocês. Não custa nada vocês, num caderninho qualquer, tudo que vocês encontrarem relevante bote “para a Comissão da

Verdade”, bem resumido. Eu chamarei um dos bolsistas, olhe se encarregue de fazer isso, porque o problema tem que haver uma distribuição de tarefas.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Não, eu quero, mais tudo que for preciso fazer, a gente vai pedir o respaldo da Comissão e, claro, eu quero sempre a Reitoria no meio, eu quero sempre, porque é quem tem força é a Reitoria.

Carlos Gomes: Porque na verdade é que tem muita gente que não acredita em Comissão da Verdade. Até porque, outras comissões se desmoralizaram no tempo. Mas aqui eu quero é fazer um trabalho bem-feito, bom relatório, nós vamos construir alguma coisa. Tenha nem dúvida que a gente vai conseguir. Está certo?! Diga, Juan!

Juan de Assis Almeida: [Inaudível].

Carlos Gomes: Eu gostaria que você me mandasse tudo isso, porque eu ou ter que ter o trabalho de ler e rastrear e vê o que é que é preciso ampliar. Essa sala eu vou realmente, virei aqui ocupar pra ter o local, um arquivo e guardar tudo isso porque fica disposição, o pessoal da Comissão quiser ver, está lá.

[Inaudível].

Carlos Gomes: O pessoal já chegou, mande entrar.

[Inaudível].

Carlos Gomes: Encerrou. Então está encerrada a nossa reunião. Convocada a próxima para a sexta-feira, neste mesmo horário, onde ouviremos o depoimento do professor Juliano Siqueira, que com certeza terá informações demais.